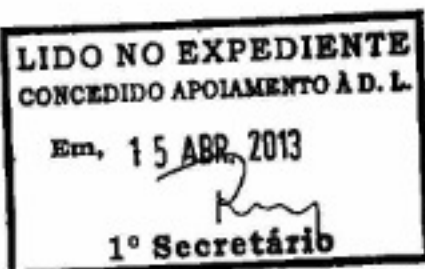




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

PROJETO DE LEI Nº 136 DE 2013



SÚMULA: Institui o Dia Estadual da Juventude Cristã, a ser celebrado anualmente no dia 28 de julho.

Art. 1º. Fica instituído o Dia Estadual da Juventude Cristã, a ser celebrado, anualmente, no dia 28 de julho.

Art. 2º - O Dia Estadual da Juventude Cristã será incluído no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2013.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

JUSTIFICATIVA

Em 2013 o Brasil irá sediar, no Município do Rio de Janeiro, a Jornada Mundial da Juventude. Tal ideia surgiu em 2007, durante a visita do então Papa Bento XVI ao nosso país, ocasião em que o Bispo Dom Eduardo Pinheiro (na época responsável pelo Setor de Juventude da CNBB) propôs a organização de tal evento.

Depois de uma exaustiva organização, em agosto de 2011, o Papa anunciou oficialmente o Rio de Janeiro como sede da 38ª Jornada Mundial da Juventude, escolhendo como tema um versículo do Evangelho de Mateus: *"Ide, pois, fazer discípulos entre todas as nações! (Mt 28, 19)"*.

A ideia de organizar uma Jornada Mundial da Juventude surgiu com um encontro promovido pelo Papa João Paulo II em 1984. Foi um encontro de amor, sonhado por Deus e abraçado pelos jovens,

os protagonistas desse grande encontro de fé, esperança e unidade. O evento se realiza anualmente nas dioceses de todo mundo, sendo que a cada dois ou três anos ocorre um encontro internacional dos jovens com o Papa, tendo como última edição a cidade de Madri, na Espanha, em uma edição que reuniu mais de 190 países. Tem como objetivo principal dar a conhecer a todos os jovens do mundo a mensagem de Cristo, mas é verdade também que, através deles, o 'rosto' jovem de Cristo se mostra ao mundo.

Além do fato de estar em outro país, com seus encantos turísticos, a participação na Jornada requer um corpo preparado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

para a peregrinação e um coração aberto para as maravilhas que Deus tem reservado para cada um. São catequeses, testemunhos, partilhas, exemplos de amor ao próximo e à Igreja, festivais de música e atividades culturais. Enfim, um encontro de corações que creem movidos pela mesma esperança de que a fraternidade na diversidade é possível.

O objetivo do presente projeto é homenagear a Juventude Cristã, reconhecendo e lembrando a importância da promulgação da fé nos momentos atuais, onde as preocupações pessoais tomam conta do dia a dia da população e o lado espiritual fica cada vez mais esquecido.

Diante do exposto, certo da importância da valorização da fé entre a juventude paranaense, contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2013.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 136/2013

Projeto de Lei nº. 136/2013

Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Institui o dia Estadual da Juventude Cristã, a ser celebrado anualmente no dia 28 de julho.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA DA JUVENTUDE CRISTÃ. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Anibelli, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o dia da Juventude Cristã, todo dia 28 de julho de cada ano.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. .

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Comissão de Constituição e Justiça

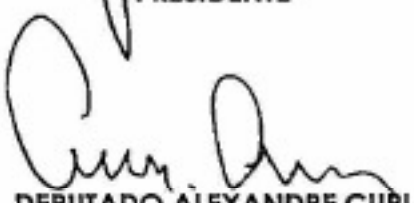


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR








APROVADO
25/06/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
Ao Projeto de Lei nº 136/13

Emenda de Plenário nº	OL
	09 JUL 2013
DAP	
Visto	Claudio

Altera o Projeto de Lei nº 136/13, que passa a ter a seguinte redação:

"Institui o Dia Estadual da Juventude Cristã, a ser comemorado anualmente no dia 12 de agosto.

Art. 1º Fica instituído o Dia da Juventude Cristã, a ser comemorado anualmente no dia 12 de agosto.

Art. 2º O Dia da Juventude Cristã passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, 09 de julho de 2013.

① *Marta Lima*
JUSTIFICATIVA:


Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

O dia 12 de agosto é internacionalmente reconhecido como o Dia da Juventude, data esta instituída em 1999 por resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, assim, entende-se ser a melhor data para apresentar a proposta em homenagem ao jovem cristão.

③ *Acácio*
④ *Pr. Przemyslaw*
⑤ *Nelson*
⑥ *Wagner*
⑦ *Stefan*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER A EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 136/2013

Projeto de Lei nº 136/2013

Emenda Substitutiva Geral de Plenário

Súmula: Institui o Dia Estadual da Juventude Cristã, a ser celebrado anualmente no dia 28 de Julho.

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. POSSIBILIDADE. ARTS. 137, §2º. ALTERAÇÃO DA ESSENCIA DO PROJETO DE LEI. ART. 141, I, DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. IMPOSSIBILIDADE. PARECER PELA NÃO APROVAÇÃO DA EMENDA SUBSTITUTIVA.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Anibelli Neto, visa instituir o Dia Estadual da Juventude Cristã, a ser celebrado anualmente no dia 28 de Julho, sob a justificativa de que este será comemorado durante a Jornada Mundial da Juventude, a qual será sediada no Brasil e terá a visita do Papa Francisco.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, em data de 09 de julho, o presente projeto recebeu Emenda Substitutiva Geral de Plenário, a fim de alterar o DIA a ser comemorado. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

Vale a menção de que a Emenda proposta é de igual teor do Projeto Proposto pela Deputada Mara Lima, o qual está anexado Projeto nº 136/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contudo, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutivo aquela proposição que abrange o conjunto do Projeto, contudo não descaracterizando sua essência bem como sua razão de ser.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Sendo assim, da leitura da emenda proposta, verifica-se que esta altera a essência do Projeto de Lei, bem como a intenção do Legislador, que, com base nas justificativas demonstradas, fundamentou os motivos da data ser instituída no dia 28 de julho.

Desta forma, verifica-se que a Emenda Substitutiva Geral proposta encontra-se dissonante dos ditames do Regimento Interno desta casa de Leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, opina-se pela **NÃO APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral de Plenário, ante a sua **ILEGALIDADE**.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 2013.

Benedito
Cori

Nelson Justus
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dep. Pr
Edson
16/07
13

Nereu Moura
DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO
16/07/13

Dep. Loupion